

Faro Energy | Comércio e Locação de Projetos S.A.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2021



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.

Av. Eng. Luís Carlos Berrini, 105 -
12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP)
Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Administradores e Acionistas da
Faro Energy I Comércio e Locação de Projetos S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Faro Energy I Comércio e Locação de Projetos S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Faro Energy I Comércio e Locação de Projetos S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1.1 às demonstrações contábeis, que indicam que a Empresa está com o passivo a descoberto em R\$ 7.432 mil, bem como vem apresentando prejuízos recorrentes e fluxos de caixa operacionais negativos. Esses eventos e condições, juntamente com outros assuntos descritos na Nota Explicativa nº 1.1, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Empresa.

A continuidade de sua operação depende substancialmente de alavancagem financeira e aportes de seus acionistas, dentre outras condições descritas na Nota Explicativa nº 1. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

Ênfase

Transações com partes relacionadas

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 9 a Companhia possui transação com partes relacionadas, as quais são negociadas entre as partes, podendo diferenciar dos valores praticados em condições normais de mercado uma vez que é conduzida no contexto de um grupo de empresas, consequentemente a análise das demonstrações contábeis deve considerar esse fato. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

Outros assuntos

Valores correspondentes do exercício anterior

Os valores correspondentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outro auditor independente, que emitiu relatório sobre as respectivas demonstrações contábeis em 15 de abril de 2021, sem ressalva.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor independente pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de março de 2022



Rafael Dominguez Barros
CT CRC 1SP-208.108/O-1

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.
CRC 2SP-034.766/O-0

Faro Energy I Comércio e Locação de Projetos S.A.
CNPJ: 31.191.534/0001-76

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVO

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Ativos circulantes			
Caixa e equivalentes de caixa	5	293	693
Contas a receber de clientes	6	287	272
Impostos correntes a recuperar	7	629	909
Despesas antecipadas	8	42	33
Adiantamento a fornecedores	-	-	1
Total dos ativos circulantes		<u>1.251</u>	<u>1.908</u>
 Ativos não circulantes			
Despesas antecipadas	8	216	245
Partes relacionadas	9	-	473
Imobilizado	10	8.887	10.129
Intangível	-	-	4
Total dos ativos não circulantes		<u>9.103</u>	<u>10.851</u>
 Total dos ativos		<u>10.354</u>	<u>12.759</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Faro Energy I Comércio e Locação de Projetos S.A.
CNPJ: 31.191.534/0001-76

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

PASSIVO

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Passivos circulantes			
Fornecedores	-	-	6
Debêntures	11	1.360	1.289
Total dos passivos circulantes		1.360	1.295
Passivos não circulantes			
Debêntures	11	11.215	12.575
Partes relacionadas	9	82	-
Empréstimos e financiamentos	12	5.129	5.027
Total dos passivos não circulantes		16.426	17.602
Total dos passivos		17.786	18.897
Capital social	13	-	-
Prejuízos acumulados	-	(5.932)	(5.161)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	(1.500)	(977)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		(7.432)	(6.138)
Total do passivo e do patrimônio líquido		10.354	12.759

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Faro Energy I Comércio e Locação de Projetos S.A.
CNPJ: 31.191.534/0001-76

Demonstração do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receita	14	2.821	2.857
Custo	15	(1.443)	(1.332)
Lucro bruto		----- 1.378	----- 1.525
 Despesas gerais e administrativas	16	(1.242)	(1.026)
Despesas tributárias	-	(8)	(4)
Lucro antes do resultado financeiro		----- 128	----- 495
 Despesa financeira	17	(1.690)	(7.167)
Receita financeira	17	791	1.772
Resultado financeiro		----- (899)	----- (5.395)
 Prejuízo do exercício		----- ----- (771)	----- ----- (4.900)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Faro Energy I Comércio e Locação de Projetos S.A.
CNPJ: 31.191.534/0001-76

**Demonstração de resultado abrangente para
os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Prejuízo do exercício	(771)	(4.900)
Resultado abrangente total do exercício	<u><u>(771)</u></u>	<u><u>(4.900)</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Faro Energy I Comércio e Locação de Projetos S.A.
CNPJ: 31.191.534/0001-76

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota</u>	<u>Capital social</u>	<u>Capital social a integralizar</u>	<u>Ajuste de avaliação patrimonial</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2020		1	(1)	-	(261)	(261)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(4.900)	(4.900)
Transações entre acionistas	12	-	-	(977)	-	(977)
Saldo em 31 de dezembro de 2020		1	(1)	(977)	(5.161)	(6.138)
Saldo em 1º de janeiro de 2021		1	(1)	(977)	(5.161)	(6.138)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(771)	(771)
Transações entre acionistas	12	-	-	(523)	-	(523)
Saldo em 31 de dezembro de 2021		1	(1)	(1.500)	(5.932)	(7.432)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Faro Energy I Comércio e Locação de Projetos S.A.
CNPJ: 31.191.534/0001-76

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Fluxo de caixa de atividades operacionais			
Prejuízo do exercício	-	(771)	(4.900)
Ajustes em:			
Baixa de ativo intangível	-	4	-
Depreciação e amortização	10	1.263	1.203
Juros provisionados	-	8	957
Juros sobre debêntures	12c	780	700
Variação cambial líquida	-	177	(742)
Fluxos de caixa operacionais antes das movimentações no capital de giro		1.461	(2.782)
Aumento/redução do contas a receber de clientes	-	(15)	(7)
Aumento/redução do impostos a recuperar	-	280	256
Aumento/redução de despesas antecipadas	-	19	(278)
Aumento/redução em adiantamento a fornecedores	-	1	-
Aumento/redução em fornecedores	-	(6)	(513)
Caixa gerado (aplicado) nas operações		279	(542)
Juros pagos sobre debêntures	12c	(780)	(700)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(501)	(1.242)
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	-	(21)	-
Aquisição de intangível		-	(5)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(21)	(5)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Emissão de debêntures	-	-	15.000
Pagamento de debêntures	12c	(1.289)	(1.136)
Partes relacionadas	-	(50)	(9.202)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		(1.339)	4.662
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa		(400)	632
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		693	-
Caixa e equivalentes de caixa incorporado em março de 2020		-	61
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		293	693
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa		(400)	632

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Faro Energy I Comércio e Locação de Projetos S.A. ("Faro Energy I" ou "Companhia"), foi constituída em 13 de agosto de 2018, mas só teve suas operações iniciadas em 2019, quando assumiu o controle de 2 ativos fotovoltaicos e os seus respectivos contratos.

A Companhia tem em seu modelo de negócio o desenvolvimento, investimento e implantação de projetos de geração de energia solar distribuída, conforme regulamentado pela Resolução Normativa ANEEL 482/2012 e nesse modelo, o investimento, operação e manutenção dos ativos fotovoltaicos são feitos integralmente pela Companhia, que também realiza o gerenciamento de seus clientes junto ao sistema de compensação de energia elétrica, com a alocação dos créditos de energia gerados pelas respectivas usinas solares junto às concessionárias distribuidoras de energia elétrica locais, oferecendo, assim, economia substancial para seus clientes com os custos de energia.

1.1. Continuidade operacional

Devido ao modelo de negócios e ao investimento inicial dos projetos, em 31 de dezembro de 2021 o patrimônio líquido estava negativo (passivo a descoberto) em R\$ 7.432 (R\$ 6.138 em 2020) e o resultado do exercício apresentou um prejuízo de R\$ 771 (R\$ 4.900 em 2020), gerado principalmente, pela variação cambial e pelo processo de emissão das debêntures. A previsão da receita operacional no curto e médio prazo será suficiente para que a Empresa tenha continuidade e consiga arcar com todas as suas obrigações.

A Faro Energy I mantém empréstimos sediados no exterior. Tais valores, por terem sido tomados originalmente em moedas estrangeiras, geram um impacto financeiro, negativo nos resultados da Companhia, especialmente em 2020 quando o Real teve uma desvalorização significativa em comparação a outras moedas do mundo. Os empréstimos *intercompany* foram firmados como modo primário de financiamento dos empreendimentos/ativos detidos pela Faro Energy I, e poderão, se necessário, ser convertidos em investimento direto mediante a emissão de novas ações com conversão dos empréstimos em capital social.

Reestruturação societária

Em 31 de março de 2020, conforme deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, foi aprovada a incorporação da Faro Energy RJ – Locação e Arrendamento de Sistemas Solares Ltda. pela Companhia, nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação. Como resultado desta incorporação, a Faro Energy RJ foi extinta de pleno direito e a Companhia tornou-se sua sucessora. O patrimônio líquido da Faro Energy RJ foi avaliado em 29 de fevereiro de 2020, com base no valor contábil, pelo montante de R\$ (546) (quinhentos e quarenta e seis mil reais negativos), conforme Laudo de Avaliação Contábil, emitido por empresa independente especializada. O acervo líquido contábil avaliado na data da incorporação foi de R\$ (977) (novecentos e setenta e sete mil reais negativos).

1.2. Impactos da Covid-19

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou o coronavírus (Covid-19) como uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial da pandemia, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos uma vez que tais impactos podem ser relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

As demonstrações contábeis foram preparadas com a premissa de continuidade normal das operações, que pressupõem a realização e recuperação dos ativos, bem como a liquidação das obrigações no curso normal dos negócios da Companhia, e não incluem quaisquer ajustes que seriam requeridos na apresentação de seus ativos e passivos, no caso de insucesso das medidas adotadas.

A Administração da Companhia, em função da pandemia provocada pela Covid-19, continua avaliando os potenciais impactos em sua posição patrimonial, financeira e de suas operações. Neste sentido, na segunda fase da pandemia, a Companhia continua adotando determinadas medidas preventivas, seguindo as orientações divulgadas pelos órgãos de saúde.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis

a) Declaração de conformidade com as práticas contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o CPC PME – Comitê de Pronunciamentos Contábeis aplicáveis às Pequenas e Médias Empresas (NBC TG 1.000).

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados por seu valor justo, quando aplicável.

As demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas para divulgação pela Administração em 22 de março de 2022.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em reais, que é a moeda principal do ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"), sendo que quando a moeda for diferente da moeda funcional de apresentação das demonstrações contábeis, essas são convertidas para o real (R\$) na data do fechamento.

Todas as informações contábeis estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

c) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de determinados instrumentos financeiros não derivativos, quando aplicável, os quais são mensurados por seus valores justos.

3. Principais práticas contábeis

Na data de autorização destas demonstrações contábeis, a Companhia não identificou nenhuma alteração aplicável que pudesse impactar as demonstrações contábeis da Companhia em 31 de dezembro de 2021. Apresenta-se a seguir um resumo das principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações contábeis:

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa da Companhia compreende o numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis. Os equivalentes de caixa são aplicações financeiras com prazo de vencimento inferior a 90 dias contados da data de contratação e de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Os equivalentes de caixa são mantidos, normalmente, com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo.

3.2. Contas a receber de clientes

Correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As contas a receber são reconhecidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos das variações monetárias ou cambiais, quando aplicáveis, deduzidos de provisão para perdas esperadas para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos.

A Companhia efetuou a mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais, definindo premissas com base em informações históricas de pagamentos dos devedores e considerações sobre acordos financeiros, além de análises sobre fatores externos e macroeconômicos.

O cálculo do Ajuste a Valor Presente ("AVP") não resultou em valores relevantes, razão pela qual não foram contabilizados ajustes correspondentes.

3.3. Partes relacionadas

Os ativos e passivos são registrados pelo valor nominal dos títulos representativos, adicionados das correções monetárias e variações cambiais incorridas até a data de encerramento do exercício.

3.4. Imobilizado

O ativo imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição ou construção, acrescido de encargos de financiamentos incorridos durante a fase de construção, deduzido das depreciações acumuladas e perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) acumulada, quando necessária.

A depreciação dos itens ligados às usinas de energia é calculada utilizando a taxa de 10% ao ano.

3.5. Fornecedores

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais incorridos, quando aplicáveis, e representam as obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios da Companhia.

3.6. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se houver uma obrigação legal que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

Obrigação legal é a que deriva de contrato com termos explícitos ou implícitos, legislação ou outra ação da lei.

Provisão contingente é uma obrigação possível, resultante de eventos passados, cuja existência é confirmada na ocorrência ou não de eventos futuros incertos, não totalmente sob controle da entidade e, portanto, não é contabilizada, mas somente divulgada.

Ativo contingente é um ativo possível resultante de eventos passados, cuja existência é confirmada na ocorrência ou não de eventos futuros incertos, não totalmente sob controle da Companhia e, portanto, não é contabilizado, mas somente divulgado caso o valor seja considerado material. O ativo contingente somente é contabilizado quando for praticamente certo que representará um fluxo financeiro à Companhia.

3.7. Receitas

De acordo com o CPC PME – Seção 23 – Receitas, o reconhecimento de receita se dá a partir do cumprimento de todas as condições a seguir: **(i)** a receita possa ser mensurada de forma confiável; **(ii)** é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a empresa; **(iii)** o estágio de execução, os custos incorridos e a incorrer, podem ser mensurados de forma confiável.

3.8. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nesses casos, os impostos também são reconhecidos no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido, quando aplicável, é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço do país em que a entidade atua e gera lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, quando aplicável, são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos, quando aplicável, são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. São reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pela Companhia e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo e passivo, quando aplicável, são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal, dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

3.9. Receitas e despesas financeiras

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado, por meio do método dos juros efetivos, obedecendo ao regime de competência.

3.10. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras (substancialmente dólar) na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data.

3.11. Instrumentos financeiros

i) Reconhecimento e mensuração inicial

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos pelo custo das operações incluindo os custos de transação exceto nos casos de itens inicialmente reconhecidos pelo custo e atualizados posteriormente pelo valor justo por meio do resultado.

ii) Classificação e mensuração subsequente

Após ao reconhecimento inicial, os ativos e passivos financeiros são avaliados e classificados de acordo com sua natureza podendo ser mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) – instrumento de dívida; ao VJORA – instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: **(i)** é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e **(ii)** seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: **(i)** é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e **(ii)** seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

iii) Não reconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro, além de não reter o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são não reconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia não reconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também não reconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No não reconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

3.12. Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias.

3.13. Capital social

As ações da Companhia são classificadas como patrimônio líquido.

4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Na aplicação das políticas contábeis a administração da Companhia, realiza julgamentos e elabora as estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir, significativamente, dessas estimativas. A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens de incertezas nas estimativas:

i) Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável.

ii) Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais

É definida com base em avaliação e qualificação dos riscos cuja probabilidade de perda é considerada provável. Essa avaliação é suportada pelo julgamento da administração juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da Administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.

iii) Perdas esperadas sobre contas a receber

As perdas esperadas são constituídas, quando aplicável, para levar contas a receber de clientes a seu valor de recuperação, com base em um modelo de perda de crédito esperada.

A Companhia estimou a perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais, definindo premissas com base em históricos de pagamentos do devedor e considerações sobre acordos financeiros, além de análises sobre fatores externos e macroeconômicos.

5. Caixas e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Conta corrente	4	4
Aplicações financeiras	289	689
Total	293	693

A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos provenientes das contas de caixa, banco e aplicações financeiras com vencimentos inferiores a 90 dias da data de contratação, resgatáveis sem nenhuma carência.

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez. São prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, remuneradas 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros estão divulgadas na Nota Explicativa nº 18.

6. Contas a receber de clientes

As contas a receber correspondem aos valores a receber pela locação das usinas fotovoltaicas.

Em 31 de dezembro, as contas a receber de clientes estão compostas da seguinte forma:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Clientes nacionais	287	272
Total	287	272

A composição dos saldos por idade de vencimento está assim apresentada:

	31/12/2021	31/12/2020
Valores a vencer	287	272
Total	287	272

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não registrou o AVP sobre as contas a receber de clientes, pois não possui nenhum saldo a receber acima de seis meses e, adicionalmente, não há provisão para perdas esperadas pelo fato de não haver saldos vencidos.

7. Impostos a recuperar

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos de impostos a recuperar estão compostos como segue:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Saldo negativo de IRPJ	64	59
Saldo negativo de CSLL	5	4
PIS a recuperar	99	150
COFINS a recuperar	455	690
Imposto de renda pessoa jurídica	1	-
Imposto de renda pessoa física	1	1
PIS, COFINS e contribuição social	4	4
Ativo circulante	629	909
Ativo não circulante	-	-
Total	629	909

O PIS e COFINS a recuperar são oriundos dos imobilizados incorporados pela Companhia referente aos projetos Bom Abrigo I e AquaRio. Assim que o projeto inicia sua operação, o crédito de PIS e COFINS é diretamente lançado para o imposto a recuperar e a Companhia faz a utilização de acordo com o débito gerado.

O saldo na conta IRPJ saldo negativo é originado através do IR sobre aplicação financeira.

Os saldos nas contas CSLL saldo negativo, IRRF pago a maior e PIS, COFINS e Contribuição Social pagos a maior provém da incorporação da Faro Energy RJ.

Os saldos de impostos recuperáveis estão apresentados pelos seus valores de provável recuperação, sendo que, para o período, não foram requeridos ajustes para adequação dessas recuperabilidades.

8. Despesas antecipadas

Os saldos de despesas antecipadas podem ser assim sintetizados:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Seguros	12	-
Despesas a apropriar	246	278
Total	258	278
Ativo circulante	42	33
Ativo não circulante	216	245

As despesas pagas antecipadamente são registradas pelo valor efetivamente pago, e estão associadas à emissão das debêntures e são reconhecidas no resultado de acordo com a vigência do contrato, cujo vencimento é janeiro de 2030.

9. Partes relacionadas

A Companhia é controlada da Faro Energy Desenvolvimento e Locação de Projetos Ltda. ("FED"), que detém 99,80% das ações emitidas pela Companhia.

Ativo			
Descrição	31/12/2021	31/12/2020	
Faro Energy Desenvolvimento	-	473	
Total	-	473	

Passivo			
Descrição	31/12/2021	31/12/2020	
Faro Energy Desenvolvimento	82	-	
Total	82	-	

Em novembro de 2019, foi realizada uma cisão parcial da FED seguido de incorporação da parcela cindida pela Companhia, nessa operação a FED transferiu todo imobilizado relacionados ao projeto Bom Abrigo I e partes relacionadas com o exterior.

Em março de 2020, foi realizada a incorporação da Faro RJ pela Companhia, nessa operação a Companhia assumiu todos os ativos, passivos, direitos e obrigações da Faro RJ, incluindo todo o imobilizado relacionado ao projeto AquaRio e os saldos de empréstimos com o exterior.

Movimentação dos saldos

Ativo	31/12/2020	Pagamentos	31/12/2021
Faro Energy Desenvolvimento	473	(473)	-
Total	473	(473)	-

Passivo	31/12/2020	Aportes	31/12/2021
Faro Energy Desenvolvimento	-	82	82
Total	-	82	82

10. Imobilizado

Descrição	Taxa	31/12/2020	Adições	Depreciações	31/12/2021
Projeto Bom Abrigo I	10%	8.636	21	(1.029)	7.628
Projeto AquaRio	10%	1.491	-	(233)	1.258
Móveis e utensílios	10%	1	-	-	1
Equipamentos de informática	20%	1	-	(1)	-
Total		10.129	21	(1.263)	8.887

Descrição	Taxa	31/12/2019	Adições	Depreciações	31/12/2020
Projeto Bom Abrigo I	10%	8.721	-	(85)	8.636
Projeto AquaRio	10%	1.511	-	(20)	1.491
Móveis e utensílios	10%	1	-	-	1
Equipamentos de informática	20%	1	-	-	1
Total		10.234	-	(105)	10.129

11. Debêntures

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Debêntures	12.575	13.864
Passivo circulante	1.360	1.289
Passivo não circulante	11.215	12.575
Total	12.575	13.864

Em janeiro de 2020, a Companhia emitiu 15.000 debêntures, com valor total de emissão R\$ 15.000. As debêntures estão sujeitas a juros de 5,45% ao ano, devidos mensalmente, e com vencimento em janeiro de 2030.

Os recursos líquidos captados pela Companhia foram destinados a:

- Até R\$ 14.900 para pagamento dos empréstimos contraídos para implantação do projeto Bom Abrigo I;
- Para pagamento e cumprimento de todas as despesas, decorrentes da Emissão; e
- R\$ 100 para investimento no Projeto Gaia+, com foco no amparo e desenvolvimento socioeducacional de crianças do sistema educacional público do município de Pirapora/MG, adicionalmente, vide Nota Explicativa nº 16 para informações sobre as cláusulas sociais envolvidas na transação.

a) Movimentação das debêntures

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	13.864	-
Captação	-	15.000
Juros provisionados	780	700
Pagamento de principal	(1.289)	(1.136)
Juros pagos	(780)	(700)
Saldo final	12.575	13.864

b) Obrigações contratuais

A Companhia não possui obrigações contratuais decorrentes do contrato de debêntures relacionado à manutenção de determinados índices estabelecidos nesses contratos (*covenants*).

12. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Juros	31/12/2021	31/12/2020
Faro Energy Spain	-	-	2.402
Faro Energy Ltd	11% a.a.	5.129	2.625
Total		5.129	5.027
Não circulante		5.129	5.027
Total		5.129	5.027

Movimentação dos empréstimos

	Saldo em 31/12/2020	Juros	Variação cambial	Taxas	Transferências	Saldo em 31/12/2021
Faro Energy Spain	2.402	-	(16)	5	(2.391)	-
Faro Energy Ltd	2.625	(80)	193	-	2.391	5.129
Total	5.027	(80)	177	5	-	5.129

	Saldo em 31/12/2019	Incorporação de saldo Faro RJ	Variação cambial	Juros	Pagamento	Saldo em 31/12/2020
Faro Energy Spain	-	2.857	(274)	444	(625)	2.402
Faro Energy Ltd	11.108	-	(1.236)	5.688	(12.935)	2.625
Total	11.108	2.857	(1.510)	6.132	(13.560)	5.027

13. Patrimônio líquido

a) Capital social (em reais)

Em 31 de dezembro de 2021, o montante de capital subscrito é de R\$ 501 reais, composto por 501 ações (R\$ 501 em 31 de dezembro de 2020) de R\$ 1,00 cada uma. A composição do capital está demonstrada a seguir:

Descrição	Participação	Ações
Faro Energy Desenvolvimento e Locação de Projetos Ltda.	99,80%	500
Faro Energy Developments Ltd	0,20%	1
Total	100%	501

b) Reserva legal

É constituída, quando aplicável, à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/1976, até o limite de 20% do capital social.

c) Dividendos distribuídos

O Estatuto Social prevê que, do resultado apurado em cada exercício social, ajustado na forma da Lei nº 6.404/1976, 0,01% serão distribuídos como dividendos mínimos obrigatórios.

A Companhia não apurou lucro nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, dessa forma, não há dividendos mínimos a serem constituídos.

d) Ajuste de avaliação patrimonial

O valor apurado em transações entre acionistas refere-se a uma baixa de valores que deveriam ter sido transferidos na cisão do projeto Bom Amigo I.

14. Receita operacional líquida

A principal fonte de receita da Companhia decorre da operação de locação de usinas solares conforme a seguir:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Receita de locação	3.109	3.148
(-) Impostos sobre receita	(288)	(291)
Total	2.821	2.857

15. Custo dos serviços prestados

Os custos dos serviços prestados alocados no resultado da Companhia podem ser assim demonstrados:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Depreciação	(1.263)	(1.203)
Arrendamento de terras	(49)	(47)
Manutenção/reparos de equipamentos	(100)	(82)
Outros custos	(31)	-
Total	(1.443)	(1.332)

16. Despesas administrativas e gerais

As despesas administrativas apresentadas no resultado da Companhia podem ser assim demonstradas:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Prestações de serviços	(37)	(75)
Serviços - emissão de debêntures	(115)	(53)
Projeto social (a)	-	(100)
Eventos	(61)	-
Compartilhamento de despesas (b)	(996)	(741)
Outras despesas	(33)	(57)
Total	(1.242)	(1.026)

(a) Em conformidade com a escritura de emissão das debêntures, a Companhia possui cláusula que prevê a contribuição para o acesso a serviços essenciais a populações excluídas, marginalizadas ou vulneráveis, também está previsto a contribuição de valores realizados no projeto Gaia +, que visa o amparo educacional a crianças carentes em conjunto com os empreendimentos; e

(b) Refere-se a despesas administrativas incorridas na controladora e reembolsadas pela Companhia.

17. Resultado financeiro líquido

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Descontos obtidos	-	25
Rendimento de aplicações financeiras	15	249
(-) PIS sobre receita financeira	-	(2)
(-) COFINS sobre receita financeira	(1)	(11)
Variação cambial ativa realizada	774	1.511
Atualização Selic	3	-
Total receita financeira	791	1.772
Descontos concedidos	-	(292)
Juros passivos	(8)	153
Despesas bancárias	(13)	(13)
Variação cambial passiva realizada	-	(4.405)
Variação cambial passiva não realizada	(950)	(769)
Juros sobre empréstimo - pessoas vinculadas	80	(1.111)
Juros sobre debêntures	(780)	(700)
Taxas - emissão de debêntures	(19)	(30)
Total de despesa financeira	(1.690)	(7.167)

18. Instrumentos financeiros

a) Classificação contábil e valores justos

As tabelas abaixo apresentam os valores contábeis e os valores justos dos ativos e dos passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não incluem informações sobre o valor justo dos ativos e dos passivos financeiros não mensurados ao valor justo. O valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo:

Ativos	31/12/2021		31/12/2020	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Valor justo por meio do resultado				
Caixa e equivalentes de caixa	293	293	693	693
Pelo custo amortizado				
Contas a receber de clientes	287	287	272	272
Passivos				
Pelo custo amortizado				
Debêntures	12.575	12.575	13.864	13.864

b) Mensuração do valor justo

As tabelas a seguir apresentam as técnicas de valorização utilizadas na mensuração dos valores justos de Nível 1, 2 e 3, assim como os *inputs* significativos não observáveis utilizados.

Hierarquia do valor justo				
Ativos	Nota	Valor justo em 2021	Nível 1	Nível 2
Caixa e equivalentes de caixa	5	293	4	289
Passivos				
Debêntures	11	12.575	-	12.575

- **Nível 1:** são classificados neste nível caixa e bancos, registrados pelo valor depositado nas instituições financeiras;
- **Nível 2:** são classificados neste nível Certificados de Depósitos Bancários (CDB), emitidos por instituições financeiras, sendo o valor justo representado pelos juros da operação, apropriado *pro rata* dia, e financiamentos e empréstimos; e
- **Nível 3:** não foi classificado nenhum instrumento financeiro neste nível.

c) Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Estrutura do gerenciamento de risco

A administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e pela supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. A administração é responsável pelo desenvolvimento e pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia. Os gestores de cada departamento se reportam regularmente à Diretoria sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e os sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetivo desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e suas obrigações.

Riscos de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

A Companhia registra uma provisão para perda que representa sua estimativa de perdas incorridas referentes a contas a receber e outros recebíveis.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações contábeis foi:

Exposição a riscos de crédito			
Ativos	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa	5	293	693
Contas a receber de clientes	6	287	272
Total		580	965

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia encontrará dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é a de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Abaixo estão os vencimentos contratuais de ativos e passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida:

2021	Nota	Valor contábil	Até 01 ano	Acima 01 a 03 anos	Acima 03 a 05 anos	Acima de 05 anos
Debêntures	11	12.575	1.360	4.192	4.192	2.831

Não é esperado que fluxos de caixa incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Risco de mercado

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços, tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços dos serviços prestados pela Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco cambial

A Companhia está exposta ao risco cambial decorrente de diferenças entre as moedas nas quais os empréstimos são denominados e a respectiva moeda funcional da Companhia. A moeda funcional da Companhia é basicamente o real (R\$).

Exposição ao risco cambial

O resumo dos dados quantitativos sobre a exposição de risco cambial da Companhia está demonstrado nos quadros abaixo, pelos montantes de principal em reais (R\$).

Na data das demonstrações contábeis, a composição de risco da variação cambial de moeda estrangeira e seus respectivos saldos eram:

Em 31 de dezembro de 2021:

Passivo	Nota	Moeda	Reais	Total
Empréstimos e financiamentos	12	Dólar	2.738	2.738
Empréstimos e financiamentos	12	Euro	2.391	2.391
Total			5.129	5.129

Em 31 de dezembro de 2020:

Passivo	Nota	Moeda	Reais	Total
Empréstimos e financiamentos	12	Dólar	2.625	2.625
Empréstimos e financiamentos	12	Euro	2.402	2.402
Total			5.027	5.027

Análise de sensibilidade ao risco cambial

Uma apreciação (desvalorização) razoavelmente possível do Real frente ao Euro e ao Dólar americano em 31 de dezembro de 2021 teria afetado a mensuração dos instrumentos financeiros denominados em moeda estrangeira e afetado o patrimônio líquido e o resultado pelos montantes demonstrados abaixo. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de juros, permanecem constantes e ignoram qualquer impacto da previsão de vendas e compras.

- **Cenário I:** estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 25% nas variáveis de risco associada; e
- **Cenário II:** estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 50% nas variáveis de risco associada.

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado, considerados para os cenários de 25% e 50%.

Cenários - Dólar	Exposição	Deterioração em	Deterioração em
		25%	50%
		R\$ 6,98	R\$ 8,37
Passivos			
Empréstimos e financiamentos	2.738	3.423	4.107
Efeito líquido no resultado e no patrimônio líquido		3.423	4.107

Cenários - Euro	Exposição	Deterioração em	Deterioração em
		25%	50%
		R\$ 7,90	R\$ 9,48
Passivos			
Empréstimos e financiamentos	2.391	2.989	3.587
Efeito líquido no resultado e no patrimônio líquido		2.989	3.587

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia estar sujeita a ganhos ou perdas em seus ativos ou seus passivos financeiros decorrentes de variações nas taxas de juros.

Na data das demonstrações contábeis, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros pós-fixados era:

Instrumentos de taxa variável	Taxa	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Ativos financeiros				
Aplicações financeiras	CDI	5	293	693
Total			293	693

A Companhia não apresentou a análise de sensibilidade para exposição a taxa de juros por considerar que os valores são irrelevantes.

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam a iniciativa e a criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e a implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Alta Administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- Exigências para a reconciliação e o monitoramento de operações;
- Cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- Documentação de controles e procedimentos;
- Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
- Desenvolvimento de planos de contingência;
- Treinamento e desenvolvimento profissional;
- Padrões éticos e comerciais; e
- Mitigação de risco, incluindo seguro, quando eficaz.

Gestão de capital

A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do credor e do mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total.

Dívida líquida	31/12/2021	31/12/2020
Empréstimos e financiamentos empresas ligadas	5.129	5.027
Debêntures	12.575	13.864
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(293)	(693)
(-) Despesas antecipadas	(258)	(278)
Endividamento líquido	17.153	17.920

19. Cobertura de seguros (não auditado)

A Companhia mantém cobertura de seguros visando cobrir eventuais riscos operacionais, cujas coberturas são compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas junto a instituições seguradoras, por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da atividade, os riscos envolvidos nas operações e com base na orientação de consultores de seguros.

20. Eventos subsequentes

A Administração da Companhia não identificou quaisquer eventos ou transações subsequentes à data-base de 31 de dezembro de 2021 que requeiram divulgações adicionais nas demonstrações contábeis.

* * *